

# Nosso apoio demanda compromisso

## Carta aberta do ATL ao presidente Lula

Nós, povos indígenas do Brasil, por meio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e de nossas organizações regionais, reunidos no Acampamento Terra Livre, em Brasília, afirmamos que a eleição de 2026 coloca o país diante de uma disputa direta entre o retorno de um projeto de morte e a continuidade de um campo democrático, onde seguimos organizados para disputar os rumos da sociedade e fortalecer a vida.

Hoje, essa lógica se reorganiza no cenário nacional e internacional com o avanço da extrema direita, que transforma direitos em alvo e territórios em mercadoria. No Brasil, esse campo segue forte dentro do Congresso Nacional, que atua como inimigo dos povos ao impulsionar leis e projetos que matam nossos povos.

Essa mesma força política já governou o país e deixou marcas profundas. Paralisou demarcações, incentivou violências e operou uma política genocida, agravada com a pandemia da COVID-19. Esse projeto segue organizado e busca retomar o poder com a mesma base de atuação.

Também se expressa na tentativa de entregar riquezas estratégicas a interesses estrangeiros. Declarações sobre a entrega de terras raras ao regime autoritário de Donald Trump apontam esse caminho. Esse mesmo regime já atuou militarmente, neste ano, na Venezuela para roubar o petróleo existente na Amazônia. Essa disputa incide diretamente sobre nossos territórios.

Hoje existem mais de 5 mil pedidos de exploração mineral na Amazônia, sendo mais de 1.300 sobre terras indígenas, como aponta o relatório “Desmascarando o Lobby Mineral em Terras Indígenas no Brasil”, da APIB, lançado no ATL 2026.

Para nós, povos indígenas, soberania é demarcar todas as Terras Indígenas e garantir a proteção física e cultural dos nossos povos.

**Diante desse cenário, afirmamos nosso apoio à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2026.**

**Nosso apoio não é cego.**

Seguimos com autonomia para cobrar e pressionar politicamente os rumos das decisões que afetam nossas vidas. O que queremos está colocado com nitidez e precisa ser assumido como política de Estado. A demarcação de todas as Terras Indígenas deve ser tratada como base da soberania nacional, com garantia de proteção e desintrusão dos territórios. Esse caminho deve avançar junto com o fortalecimento das políticas indígenas, com estrutura, orçamento e governança permanente, assegurando a vida, a segurança e o bem viver nos territórios.

Também afirmamos o fortalecimento do Brasil nas respostas às crises do clima, com reconhecimento dos territórios indígenas como eixo central da política climática e respeito à biodiversidade. Esse compromisso precisa caminhar junto com o fim dos combustíveis fósseis, a partir dos caminhos já apontados pelos povos indígenas, e com o respeito aos direitos de consulta, participação e autodeterminação em todas as decisões que nos afetem.

É fundamental garantir a participação das organizações de base da APIB na indicação de pessoas que serão nomeadas no próximo governo e que irão ocupar cargos que decidem as políticas públicas aos povos indígenas

Reconhecemos mudanças importantes no período recente. A criação do Ministério dos Povos Indígenas, a presença de lideranças indígenas na Funai e na Sesai, a retomada de demarcações e a reabertura de espaços de diálogo expressam avanços construídos pela luta dos nossos povos.

Esses avanços ainda não respondem à urgência do momento. A coalizão que sustenta o governo reúne setores que seguem impulsionando uma agenda anti-indígena. Isso se reflete no ritmo das demarcações e na violência nos territórios. A reconstrução institucional precisa se traduzir em proteção efetiva e contínua.

Persistem contradições em temas estratégicos. Ao mesmo tempo em que há compromisso ambiental, seguem pressões por grandes empreendimentos e novas frentes de exploração, como o petróleo na foz do Amazonas. Essa lógica mantém a exploração dos territórios sob nova linguagem e exige uma posição firme que coloque a demarcação no centro da política climática.

Esperamos que a agenda anti-indígena no Congresso Nacional seja barrada com firmeza!

Nossa expectativa segue para o próximo ciclo com mais estrutura, orçamento, presença das políticas nos territórios e participação indígena na formulação e decisão.

Nossos direitos são obrigações do Estado e precisam se consolidar como política permanente.

Seguiremos em mobilização. Nosso futuro não está à venda. A resposta somos nós.

**A resposta para transformar a política somos nós!**

**Acampamento Terra Livre, Brasília, 06 de abril de 2026**

**Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)**

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (ARPINSUDESTE)

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL)

Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)

Conselho do Povo Terena (CONSELHO TERENA)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Grande Assembleia do Povo Guarani e Kaiowá (ATY GUASU)